

ATA NÚMERO 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e 12, reuniu, ordinariamente pelas 20.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, o senhor Manuel Antunes de Magalhães e a senhora Dra Olga Sãoões, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Abel Coelho, Senhor Carlos Pereira, Dr. Hélder Ferreira, Eng. Carlos Carvalho e o Dr. António Araújo, Prof. Jorge Mendes respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Cunha, Ercília Gonçalves Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Carvalho, Luís Rua Van Zeller Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Batista, Olívia da Conceição Carvalho, Olga Sãoões, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Cristina Lucinda Teixeira, Carla Babo, Joaquim Cândido Leite Moreira, Joaquim Vieira Soares, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Maia, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, Eduardo Oliveira Pinheiro, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, António Alcino Norte Simões, Pedro Varejão Reis, **Hernâni Carneiro**, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Luís Manuel Valente Teixeira, Adriano Santos, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Manuel Cândido Mendes Costa, Luís Teixeira Ricardo, José Francisco Rodrigues, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes
CANADELO – António Dias Vitória

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CARVALHO DE REI – Ilídio Pinto
CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – Fernando Teixeira Mendes
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho/subs. por Luis Miguel Silva
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves
FRIDÃO – José Manuel Magalhães Teixeira
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
Lomba –Paulo Vasconcelos,
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – António Pinheiro, substituído por Mafalda Oliveira
MANCELOS – Carlos César Carvalho
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro,
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Meireles Machado,
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro, substituído por Pedro Costa
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Feita a chamada e verificada a existência de Quórum foi dado início à leitura da correspondência e ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para este período da Assembleia Municipal os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

O senhor deputado fez neste período a intervenção que a seguir se transcreve:

“Vivemos momentos difíceis em Portugal e na Europa, em particular nos chamados países periféricos.

Uma europa que se pretendia solidária na sua génese está a transformar-se numa europa suicidária e a arrastar para o abismo os países de economia mais débil.

Esta europa sem líderes e instituições credíveis está a germanizar-se.

O que a Alemanha não conseguiu no último século por via das armas, manchando-o de sangue, pode estar a conseguir por via da subjugação económica e dos interesses financeiros que o governo alemão representa, como se comprova pela sua intromissão não democrática na vida política, social e económica destes povos.

Mas infelizmente estas políticas têm seguidores internos que fazem gala em mostrar-se mais zelosos que os seus professores, e já não lhes chega o memorando da Troika, vão para além dele em medidas cada vez mais gravosas e insuportáveis para a esmagadora maioria do povo.

Valha a verdade que este governo já tomou como suas estas políticas. Pretendem, segundo dizem, distanciar-se da Grécia, que tem vindo a ser alvo da mesma receita que por cá têm aplicado com os resultados que estão á vista, recessão, empobrecimento e desemprego galopante.

Os papagaios domésticos repetem até á exaustão que Portugal não é a Grécia”.

Referiu-se de seguida às obras do Arquinho, dizendo que a solução para preservar o “arquinho” é má. A grade ali colocada não permite uma visualização do achado, para além dos cheiros que muitas vezes por ali são sentidos. A iluminação na parte central é também muito má.

Terminou felicitando a Câmara pelos novos equipamentos que instalou na zona desportiva da Costa Grande. Solicitou que seja dado um arranjo ao piso da pista, se possível com um piso de melhor qualidade.

SR. ANTONIO DUARTE – CDU

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Concluído o período de debate público do Documento Verde seria de admitir que o Governo tirasse as consequências da auscultação possível em 90 dias, que ainda assim se traduziu numa expressiva rejeição do Documento, designadamente quanto ao eixo da Organização do Território, com relevo para a extinção de freguesias.

No entanto a proposta de Lei sobre a reforma do mapa autárquico elaborada pelo Governo para apresentar à Assembleia da República não poderia ter ignorado de forma mais primária o sentido dessa auscultação.

Ignorou o Congresso da Associação Nacional de Freguesias.

Ignorou numerosas Assembleias Municipais e de Freguesia.

Ignorou os movimentos de cidadãos e as manifestações populares realizadas em diversos pontos do País.

Face ao conteúdo da nova proposta conclui-se que o Governo fez tábua rasa do que viu e ouviu, e reitera os seus objetivos, agora de forma imperativa, num processo marcado pela arrogância e o recurso à chantagem.

Promete às freguesias que aceitem voluntariamente agregar-se, majorações financeiras de 15%. Promete aos Municípios que aceitem fundir-se “o acesso preferencial a linhas de crédito”, entre outras benesses. Se tal viesse a acontecer, todas as outras autarquias perderiam duplamente, por via dos cortes orçamentais e por via do efeito daquelas majorações no montante global do Fundo de Financiamento de Freguesias.

Esta postura de promessa de vantagens materiais para atingir determinados fins pode até ser corrente na atividade económica e na vida empresarial. No entanto, nas relações entre instituições democráticas, que se regem por valores e prosseguem objetivos comuns, entre os quais se contam o de promover a igualdade de direitos entre todos os cidadãos e a coesão nacional, é uma postura chantagista, imprópria e perversa.

O Governo fixa imperativamente quotas de extinção de freguesias de cumprimento obrigatório, às quais se teriam de submeter os “pronunciamentos” das Assembleias Municipais e os “pareceres” das Assembleias de Freguesia. Está escrito que se as decisões não forem conformes aos parâmetros definidos, ou não haja pronúncia, então a Unidade Técnica a criar no âmbito da Assembleia da República seguirá os procedimentos necessários para que as extinções ocorram. Trata-se, a ser aprovada, de uma verdadeira afronta aos órgãos do Poder Local Democrático e um profundo golpe na sua autonomia, constitucionalmente consagrada.

A recente proposta do Governo altera os critérios mas mantém os objetivos de eliminar cerca de 1/3 das freguesias, não por qualquer necessidade objetiva ou premente mas alegadamente para satisfazer os compromissos assumidos com a Troika. Para o efeito define novos parâmetros, pelos quais todas as freguesias, e não apenas as previstas no Documento Verde, passam a integrar um universo a extinguir, de 50 a 55% na malha urbana e de 25 a 35% no meio rural. Mais uma vez, os critérios definidos, sem rigor nem precisão, servem os objetivos enunciados.

Se tal se concretizasse, as consequências seriam trágicas: redução de mais de 20 mil autarcas eleitos, que hoje asseguram a ligação com as populações, milhares de trabalhadores condenados ao despedimento ou à mobilidade, aprofundamento das assimetrias, perdas na coesão territorial, social e económica, acentuação da desertificação, acesso mais difícil aos serviços públicos, muitos dos quais inevitavelmente com menos qualidade. Justamente o inverso das motivações proclamadas pelo Governo na sua proposta, de “reforço da coesão”, “ganhos de eficiência e de escala” e a “melhoria da prestação dos serviços públicos”.

Está em causa o Poder Local com a natureza e a configuração que o tornaram numa das mais importantes e perenes conquistas do 25 de Abril. Está em causa a democracia de proximidade, estão em causa direitos cívicos e humanos que a todos nós cabe a responsabilidade de defender.”

SR. ILIDIO PINTO – PRESIDENTE DA JUNTA DE C. REI

No uso da palavra, começou por dizer que não consta o seu nome nas atas das sessões anteriores, quando tem estado presente.

Referiu-se de seguida à festa do fumeiro de Carvalho de Rei e ao convite que fez aos elementos da Câmara para estarem presentes, mas não apareceu ninguém. Soube que na mesma altura, na Festa das Papas em Olo estiveram presentes.

Referiu-se também às obras do Arquinho, dizendo que concordava com as palavras do senhor deputado Norte Simões. O fundo está cheio de lixo, pelo facto da grade permitir que as pessoas mandem para ali todo a espécie de lixo.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra começou por lembrar Zeca Afonso, 25 anos após a sua morte, como voz da Liberdade, e o vastíssimo património musical que deixou. A sua canção “Vejam Bem” poderia servir para a sua intervenção. Afirmou que poderia falar novamente do desemprego que atingiu novos máximos, 14%, sendo que ultrapassou a barreira dos 35% nos jovens. Continuou a usar da palavra, centrando de seguida a sua intervenção na educação. Lembrou as palavras proferidas, em 2008, pela Dr.^a Maria José Castelo Branco, nesta Assembleia, “As realidades das escolas são diferentes de escola para escola, o governo só se interessa por números e nada mais, entrou na era do facilitismo.” Referiu-se à melhoria dos resultados escolares reconhecidos, quer pelo PISA, quer pelos vários estudos da OCDE, o que revela que a educação estava no bom caminho. Informou que a 31 de janeiro, tinha terminado a consulta pública relativamente à proposta de revisão curricular dos ensinos básico e secundário, tendo sido enviadas mais de 1600 sugestões, sendo a Dr.^a Maria José Castelo Branco, neste momento Deputada da Assembleia da República, a coordenadora do grupo de trabalho Currículos dos Ensinos Básico e Secundário. Teceu, entre outras, as seguintes considerações: «Há um ano, a então Ministra Isabel Alçada alterou os currículos dos ensinos básico e secundário, retirando a área de projeto e um professor da disciplina de educação visual e tecnológica. Seguiram-se o parecer do Conselho Nacional de Educação que reconheceu os resultados alcançados como resultado das políticas educativas vigentes e que as medidas propostas não deveriam ser uma sequência direta das restrições orçamentais. O PSD, pela voz do Deputado Pedro Duarte, acusou o então Governo socialista de motivações orçamentais e não pedagógicas. Por sua vez, o CDS/PP, com o Deputado Paulo Portas à frente, hoje Ministro, apresentou um projeto de resolução com vista à manutenção do par pedagógico na disciplina de educação visual e tecnológica, acusando o então Ministro das Finanças de interferir nas orientações da Ministra da Educação. Em março desse ano, a Assembleia da República faz cessar a vigência do decreto-lei, não tendo sido implementado. Em duas fases distintas, o Ministro da Educação e Ciências vai muito além da revisão da Ministra Isabel Alçada. Vejam bem, em agosto, foi retirada a área de projeto, em ambos os ciclos, e o estudo acompanhado no terceiro ciclo. Na proposta atual, são retiradas todas as áreas curriculares não disciplinares e a disciplina de educação visual e tecnológica passa a ser lecionada por apenas um professor. Vejam Bem, o que era deixou de ser. Além disso, os pressupostos da revisão são eliminar a dispersão, focar nas disciplinas fundamentais e nos conteúdos fundamentais. Quais são as disciplinas essenciais? Quais são os conteúdos fundamentais? É fácil perceber quando sabemos que foram introduzidos os exames no 6.º de escolaridade e mais tarde o serão no 4.º ano. Esta revisão não mata a reforma do Eng. António Guterres, de 2001, mata a reforma do Eng. Roberto Carneiro de 1989 e volta aos tempos anteriores à reforma de Veiga Simão. Esta proposta ignora as inteligências múltiplas e os quatro pilares da educação do

Relatório Delors. Ficamos preocupados com o rumo das políticas educativas»

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra o senhor deputado solicitou à mesa um pedido de esclarecimento que a seguir se transcreve: "Na sessão ordinária de 30 de novembro de 2011, requeri a V.a Ex.cia que a decisão abusiva e arbitrária de me passar a independente neste Órgão do Município fosse colocada à apreciação das instâncias juridicamente competentes para aferir da validade desse ato e que, dos respetivos pareceres e resultados, esta digníssima Assembleia tomasse conhecimento.

Dado que o ato da Mesa reflete em si mesmo uma estranha afronta pessoal e indisfarçável desconsideração por um membro eleito por voto popular, o meu recurso confere tratar-se de matéria de suma importância para o normal funcionamento deste Órgão fiscalizador do Município, para mim na qualidade de eleito e para a credibilidade da instituição que V.a Ex.cia representa.

Reitero que V.a Ex.cia ignorou o artigo 31º do Regimento, quanto ao direito que cabe a qualquer membro eleito desta Assembleia de recurso das decisões do Presidente e da Mesa, bem como agiu na mesma esteira quanto ao artigo 56º do mesmo Regimento na interpretação das próprias lacunas de que Regimento possa enfermar.

Nestas circunstâncias, solicito a V.a Ex.cia que me informe quanto aos procedimentos subsequentes à apresentação do referido requerimento de modo a poder garantir o cumprimento da Lei e prover a regularidade do funcionamento do Órgão autárquico a que V.a Ex.cia está vinculado pelas funções que desempenha".

PROF. ANTONIO BASTOS TEIXEIRA - PRESIDENTE DA JUNTA GONDAR

No uso da palavra, começou por agradecer à Câmara a pavimentação da estrada Pombalina há tantos anos reclamada.

Pedi ainda que seja lançada, logo que possível o lançamento da obra da estrada Mosteiro/Paredes.

Lembrou também que na via Areias/Vila Sêca era de todo o interesse realizar a obra de saneamento básico.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer ao senhor deputado Norte Simões que todos lutamos contra um modelo que é contra os interesses da Europa. A culpa não é só da Alemanha. Na própria Alemanha já há muita gente a contestar o modelo.

Relativamente à linha do Tâmega, disse que não aceita responsabilidades que competem ao governo. O senhor deputado sabe bem que o novo plano rodoviário desqualificou a linha do Tâmega até

2015. Disse-lhe que não podemos perder a mobilidade que a linha tinha, nem que essa mobilidade seja garantida de outra forma. Já pediu duas audiências ao senhor Secretário de Estado dos Transportes, mas até ao dia de hoje ainda não obteve resposta. Contactou a REFER e foi recebido. Há uma proposta da Refer para entregar a linha até à Livração. Neste momento sabe que o Marco de Canavezes não tem disponibilidade para aceitar a proposta.

Referiu-se depois às questões colocadas acerca das obras no Arquinho, dizendo que a única crítica que tem ouvido, é que as obras demoraram muito. Para mostrar todo o arco, uma vez que o espaço é exíguo, era necessário fazer uma grande escavação, que complicaria ainda mais toda a obra. A determinada altura, o IGESPAR propôs que se calhar o melhor era cobrir o arco. Mais tarde pensou-se numa cobertura em vidro, que se verificou não ser viável porque provocava ressoamento e não permitia ver. Futuramente será todo iluminado para melhor se ter uma perceção do Arco. Isso só será executado quando o Ministério do Ambiente der ordem para se poder avançar com a obra da substituição da estação elevatória do Arquinho.

Quanto à iluminação disse que era boa, mas temos de nos habituar à iluminação LED, porque define as imagens com maior nitidez. Quanto à rampa, disse que ela tem largura suficiente para evitar acidentes.

PERIODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

No período destinado às intervenções do público usou da palavra o senhor: ANTÓNIO ADELINO, que começou por dizer gostaria de colocar duas questões ao Sr. Presidente mas antes queria fazer um desabafo: dando ouvidos ao Dr. Mário Soares “direito à indignação” eu pergunto se o que eu neste momento estou a fazer é um direito que assiste a todos os municípios ou trata-se apenas duma benesse, dum favor do Presidente desta Assembleia e sujeito aos caprichos e humores do mesmo; como alguém disse “mesmo que me calem falaram as pedras por mim”; quem me conhece sabe que sou pessoa de criticar na cara e elogiar nas costas. O Sr. Presidente da Assembleia numa das anteriores sessões chamou-o à atenção para a falta de educação. Gostaria de dizer-lhe que conheço gente analfabeta com mais educação do que muitos com formação académica. A democracia, a ética, o respeitar o outro, praticam-se não vai só de palavras pois estas “leva-as o vento”, são “música para os meus ouvidos”; independentemente do que o Sr. queira fazer (dar ou não uma explicação ao sucedido) quero-lhe transmitir um aforismo que me é muito caro: «não te consigo ouvir porque o que tu és fala mais alto».

Relativamente às questões para o Sr. Presidente são: Queria saber se a câmara subsidiou a prova de BTT, designada Douro Racing (o rio que banha esta terra, que eu saiba, ainda é o Tâmega, acho eu); Referiu-se ainda às palavras do Sr. Ministro da Segurança Social acerca da criação de cantinas sociais nos vários concelhos. Relativamente ao nosso concelho perguntou ao senhor Presidente da Câmara se ele podia adiantar algo sobre esse assunto?

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DE CÂMARA

Em resposta ao senhor António Adelino, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer-lhe que a Câmara não teve nada a ver com a prova desportiva de BTT. Essa prova é organizada por uma empresa privada que se associa a uma associação de Amarante, com o intuito de conseguir algum subsídio. O ano passado, a Câmara não prestou qualquer apoio à prova.

Quanto às cantinas sociais, disse-lhe que não conhecia o projeto, mas pelo que vai vendo, parece estamos a criar uma sociedade assistencialista. Isso é preocupante e como tal, nessa perspetiva é contra a criação dessas cantinas.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO N° 1 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/11/2011

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra o senhor deputado apresentou um protesto relativo à ata número 13, onde diz que foi alvo de um tratamento diferenciado no que concerne à referencia do conteúdo do seu requerimento por relação a demais documentos apresentados por outros eleitos, nomeadamente em representação do Partido Social Democrata.

Esse seu protesto, vai de seguida transcrito na integra:

“Na minuta da ata n.º 13, relativo à sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2011, sou confrontado com um texto revelador de tratamento diferenciado no que concerne objetivamente à referência do conteúdo de um meu requerimento por relação a demais documentos apresentados por outros eleitos, nomeadamente em representação do Partido Social Democrata.

Como amarantino e militante Social-democrata, não bastava ter sido eleito nas listas do PSD para que V.as Ex.cias me tenham atribuído abusiva e discricionariamente a conotação de independente quando permaneço como militante ativo do mesmo partido que fez eleger a este órgão a pessoa de V.a Ex.cia e dos digníssimos membros da Ex.ma Mesa desta Assembleia Municipal.

Este facto, só por si, é razão para aqui dar prova manifesta do meu profundo desagrado e lavar o meu mais veemente protesto sobre este intencional ato de humilhação pessoal, deliberado e pretensamente valorativo das minhas preferências ideológicas e opções partidárias.

Por certo que se quer a ata da Assembleia Municipal de Amarante um documento fidedigno do Órgão que tomamos parte, mas efetivamente o referido texto sendo aprovado na forma presente, condiz com a discricionarietà adotada na redação e que acima refiro, também na expressão paupérrima e falaciosa do texto que a mim se reporta. Em concreto, específico o que vem transcrito na página 4 e cuja habilidade ou

insuficiência no bom uso do português, me atribui uma interpretação completamente distinta daquilo que declarei nessa sessão perante esta câmara.

Presente nas faculdades que a natureza me dotou, e perante as anormalidades criadas sem nexos mas visando um sentido muito ordinário do exercício de cargo representativo autárquico, em meu nome pessoal e em nome daqueles que me elegeram, não posso aceitar! ...

Ao que refiro acresce a minha absoluta discordância pelo procedimento da Mesa na forma enviesada de secretariar as minhas intervenções, nomeadamente quanto a um requerimento por mim apresentado, que é remetido para anexos sem qualquer alusão ao seu real conteúdo, enquanto outros documentos similares apresentados por outros elementos do PSD, são transcritos na íntegra no corpo principal do texto da ata.

Por princípio não sou contra a transcrição dos documentos nas atas, até por alguma dificuldade que sugere na interpretação e na reversão do texto para a forma indireta, o que não posso é fazer de conta ou deixarem que façam como que o meu papel nesta Assembleia fosse de valor secundário ou terciário, como é possível de ser inferido pela postura e comportamento de certas individualidades do meu partido aqui presentes".

De seguida, solicitou que à ata fossem efetuadas as seguintes correções:

Na Página 4 - _Henrique Batista

O que consta relativamente à sua intervenção deve ser substituído por:

"Ex.mo Sr. Presidente, Ex.ma Mesa, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, Ex.ma Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Não tive oportunidade de ouvir na íntegra a composição da proposta que chegou à mesa, e antes de tomar a palavra, se fizer o favor podia-me ler a composição que foi proposta".

Na mesma Página 4 - Resposta do DR. PEDRO CUNHA

A resposta do senhor Presidente da Assembleia deve constar e foi a seguinte:

"A composição é.

Um elemento representativo de cada Grupo Municipal, com assento na Assembleia Municipal de Amarante.

Um elemento representativo dos Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PSD.

Um elemento representativo dos Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PS.

Um elemento representativo dos Presidentes de Junta de Freguesia eleitos em lista independente".

Página 4 - HENRIQUE BAPTISTA

Senhor Presidente, acho que não preciso de fazer nenhum comentário. Deixo à decisão de V.a Ex.cia, a arbitrariedade que se mantém. Com licença...

Ainda na Página 4, na intervenção do senhor deputado **VITOR BRIGA**, deve constar o seguinte:

"Sr. Presidente, Ex.mos colegas.... Ah.... Eu... eu primeiro começo por lamentar aquela que é a atitude já normal do Partido Socialista, primeiro faz e depois não quer assumir as responsabilidades. Nós não retiramos a proposta, a proposta está à votação.

Quanto ao Sr. Eng.º Henrique Batista, eu acho que aqui não há, grande coisa, grande dificuldade de entendimento. Um elemento representativo da cada Grupo Municipal. Se o Sr. Faz parte de um grupo municipal, obviamente que está inserido".

Página 4 - HENRIQUE BAPTISTA

.Eu quero anunciar à Câmara que mantenho toda e qualquer indisponibilidade, para fazer parte de um grupo desta natureza, sejamos claros. E não é isto que eu estou a discutir. Eu penso que toda a gente nesta sala percebeu, o que se passou. Estarmos a entrar em conversa fiada, é estarmos a adiantar a hora, é estarmos a enganar-nos uns aos outros, é entrarmos em discussões que não nos leva a lado nenhum.

Está claro e quero que fique registado em ata, isto que acabo de dizer. Já agora Sr. Presidente, se me permite, na sequência disto, um pedido de esclarecimento: e vamos na sequência do que aqui se está a tratar.

Foi V.a Ex.cia, e embora eu continue a manter-me em desacordo com a sua decisão, e lá vamos ao longo da Assembleia conversar sobre o assunto, que tomou a decisão de me pôr como independente. Não há candidaturas independentes. Eu acato a decisão de V.a Ex.cia, embora a conteste e a vá contestar até às últimas consequências. Mas há uma coisa que eu queria que me explicasse Sr. Presidente. Porque não sou convocado para as reuniões de líderes? Eu tenho o mesmo direito! Muito obrigado.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra o senhor deputado começou por dizer que concordava em parte com as palavras do deputado anterior. As atas não têm nada a ver com aquilo que se passa nas Assembleias. Já alertaram para isso várias vezes. Parece-lhe também que as intervenções do PSD não são tão bem reproduzidas como as do PS. Solicitou que fosse retirada a sua intervenção inserta na página 4 porque não foi aquilo que efetivamente disse. O que foi dito é que não retiravam a proposta, que estava à votação, lamentando ainda a atitude do PS, que primeiro faz e depois não quer assumir as responsabilidades.

Quanto à posição do senhor deputado Engenheiro Henrique Batista disse que não há grande dificuldade de entendimento. Um elemento representativo de cada Grupo Municipal. Se o senhor deputado faz parte de um grupo municipal, obviamente que está inserido.

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado sugeriu as seguintes correções:

Segundo parágrafo da sua intervenção, linha 3, deve ser eliminada a frase – "o parecer dessa comissão aponta imensas falhas no processo", porque está repetida devendo ficar o seguinte texto: "O parecer da Comissão de Avaliação aponta para imensas falhas". No terceiro parágrafo, deve também ser eliminada a frase "onde dizem que se abstiveram". O

texto deve ficar: "Continuou a sua intervenção dizendo que na ata nº 17 da reunião da Câmara, pode ler-se que os senhores Vereadores do PSD se abstiveram, porque o relatório em nada contribui, para alterar a posição do PSD, em oposição à construção da Barragem de Fridão".

No quarto parágrafo, na sexta linha, onde se lê: "É de salientar que o RECAPE continua a não esclarecer qual o nº de vidas em causa em caso de acidente"; deve ler-se "...o RECAPE continua a não esclarecer qual o número de vidas em risco em caso de acidente". Ainda no mesmo parágrafo, na linha 8, onde se lê: "Muitas das medidas previstas no processo do impacto ambiental...", deve ler-se: "Muitas das medidas previstas no estudo do impacto ambiental...". Na linha 12, onde se lê. "...implica um elevado risco de eutrofização das águas..." deve ler-se: "...implica um potencial risco de eutrofização das águas...". Por último, no paragrafo 6, onde se lê: "...totalmente eutrofizado, tendem o rio ficado..." deve ler-se: "...totalmente eutrofizado, tendo o rio ficado...".

O senhor deputado Professor **CANDIDO MOREIRA**, solicitou que na sua intervenção inserta na página 4 da ata onde se lê: "...congresso da ANMP", deve ler-se: "...congresso da ANAFRE...".

O senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA**, solicitou que na página 11 da ata, no ponto número 4 da agenda de trabalhos, na sua intervenção onde se lê: "...obra que está a levar a efeito no troço da estrada entre o Km 761/762..." deve ler-se: "...obra que está a levar a efeito no troço da estrada municipal 761/762...".

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da Ata. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1 do senhor deputado Eng. Henrique Baptista

ABSTENÇÕES – 4

VOTOS A FAVOR – 66

O senhor deputado Henrique Baptista, fez uma declaração de voto dizendo que votou contra, porque o seu voto tem a ver com a razão do protesto.

A ata foi ainda aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA.

Usaram da palavra, relativamente a este ponto os senhores:

SR. ILIDIO PINTO – PRESIDENTE DA JUNTA DE C. REI

No uso da palavra, começou por alertar as imensas obras que necessita fazer na sede da Junta de Freguesia. Entre outras coisas tem de mandar reparar o telhado e para isso precisa de cerca de 5000 telhas. Para isso pede o apoio da Câmara, que a ser-lhe concedido será muito bem vindo. Vai enviar um ofício.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

Nesta altura da Assembleia Municipal, o senhor deputado apresentou na mesa da assembleia um requerimento que a seguir se transcreve: “Decorrido que está mais de metade do mandato autárquico de 2009/2013, contando o Executivo com mais 2 elementos ao serviço do Município de Amarante – são agora 9 os eleitos por relação com os elencos anteriores compostos de sete elementos, em que o partido Socialista está representado por cinco eleitos e o partido Social Democrata por quatro – por este meio venho requerer a V. Ex.cia que se digne informar das propostas que até à presente data as duas forças políticas apresentaram na Câmara Municipal de Amarante, para o desenvolvimento do Município e o bem-estar de todos nós.”

De imediato, o senhor Presidente da Assembleia Municipal remeteu o requerimento ao senhor Presidente da Câmara de modo a que possa informar o que tiver por conveniente.

SR. RAIMUNDO MAGALHÃES – PS

No uso da palavra, começou por dizer que começa quase a ser um gozo apresentar requerimentos nesta altura, quando todos sabemos que há um período da Assembleia para esse efeito. Muitas vezes esta entrega de requerimento não passa de uma estratégia para usar da palavra. A Mesa está assim a permitir desvirtuar aquilo que deve ser o princípio de funcionamento de uma Assembleia Municipal. É tempo de começar a haver bom senso.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que por uma questão de poupança, deve ser dado o endereço eletrónico da Câmara ao senhor deputado Henrique Batista, para que este através das atas possa obter as informações que solicita no requerimento que anteriormente apresentou.

De seguida o senhor deputado **ENGENHEIRO HENRIQUE BAPTISTA** pediu a palavra para dizer ao orador anterior que não gosta de brincar enquanto trabalha. Não lhe admite esse tipo de brincadeiras. O artigo 25º do regimento, alínea g) é claro e igual para todos.

O senhor deputado **DR. VICTOR REI**, pediu de novo a palavra para dizer ao senhor deputado Henrique Baptista que não lhe faltou ao respeito e se ele assim o entendeu que diga quando e onde.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor Presidente da Junta de Carvalho de Rei, que a situação económica não é fácil neste momento. Também não há na Câmara o hábito de meter as faturas na gaveta para não as contabilizar.

PONTO Nº 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA “AGUAS DO DOURO E PAIVA, SA”

Usaram da palavra os senhores:

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado disse que com base na documentação que lhes foi enviada, não tem informação suficiente para poder analisar e votar em consciência o assunto agora em discussão.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que quem tem que justificar o aumento de capital é a empresa e não a Câmara. O Ministério da Economia não permite o aumento do capital. O do Ambiente já deu resposta e é favorável. Na proposta está explicado o porquê dos 45% da participação dos municípios no capital. As contas são da empresa. O aumento que agora se pretende fazer é um ativo e não um gasto de dinheiro.

Disse ainda que a água se consome já é fornecida pelas Águas Douro e Paiva. A própria Câmara já paga os seus próprios consumos. Por esse facto, pediu mais poupança às juntas de freguesia no consumo de água.

DR. VITOR REI – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que quem manda no dinheiro municipal é a Câmara e não as águas do Douro e Paiva. Mesmo com a explicação dada, vão abster-se porque continuam a não ter dados concretos.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 18

VOTOS A FAVOR - 61

A proposta foi também aprovada em Minuta, por UNANIMIDADE, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – APRESENTAÇÃO DO PACTO DE EMPREGABILIDADE

Relativamente a este ponto, e como não havia documentação suporte para uma melhor análise do assunto em questão, foi dada uma explicação pelo senhor Vereador Dr. Abel Coelho e projetado um filme dando conta do que será o projeto do pacto de empregabilidade.

O senhor Vereador, apresentou as linhas gerais do protocolo, oportunamente assinado por todos os subscritores do Pacto para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa.

Nessa apresentação, o Senhor Vereador contextualizou os problemas e objetivos da Agenda, a visão e prioridades estratégicas, o modelo de governação, os parceiros e o papel das redes de concertação territorial.

Depois de efetuada a apresentação, e visionado todo o filme pelos presentes, pediram a palavra os senhores:

DR. PEDRO CUNHA – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No uso da palavra, disse que se congratulava com as novas tecnologias que hoje foram usadas e que certamente poderão ser usadas pelos senhores deputados municipais, para se assim o entenderem, melhor poderem explicar as suas intervenções. Disse ainda que algumas das explicações que hoje foram dadas podiam ter sido enviadas em suporte papel aos senhores deputados para melhor os esclarecer.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse ter gostado da apresentação que viu, mas para melhor poder ficar com ideia mais correta acerca do assunto, pede que lhe seja fornecido todo o material que agora viu, em formato digital.

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra disse que a explicação que é dada acerca das fileiras de emprego lhe parecem um pouco baralhadas. Na sua ótica deviam estar organizadas por setores: primário, secundário e terciário. Por exemplo a agroindústria que engloba o setor do vinho, que é uma referência na região está logo à cabeça, enquanto que a floresta é uma fileira do mesmo setor primário está no fim da lista. Parece-lhe que era melhor agregar os setores. Sugeriu que fosse dada uma nova organização ao esquema das fileiras de emprego.

Terminou a intervenção perguntando se está alguma coisa prevista para o setor do vinho, porque espera que quando tratarem dessa matéria, se lembrem que para Amarante este é um setor com demasiada importância.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos quando eram 23 horas. Da presente sessão foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____

Como não havia mais nenhum assunto para tratar relacionado com a agenda de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram zero horas e dez minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Mesa e os seus Secretários.

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____

